

Caleidoscópico

FILIADO À



Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Gravataí - Junho 2018 - Nº 74



BRASIL, mostra a tua cara!
SOMOS TRABALHADORES E ENFRENTAMOS O RETROCESSO



Para fazer o enfrentamento, precisamos de você,
que faz o Sindicato ficar mais forte! **FILIE-SE**

[editorial]

É NOSSA LUTA DEFENDER A EDUCAÇÃO, A PETROBRAS E O BRASIL!

Neste ano nossa entidade completa 30 anos de luta e de resistência. Ao longo desse período, avançamos na política salarial, educacional, social, de assistência aos trabalhadores em educação. O preço que pagamos: a nossa constante mobilização e luta!

Avançamos com a Constituição de 1988, que permitiu a fundação do Sindicato e a conquista de direitos, nada recebemos de graça!

Mas o que temos visto nos últimos anos é um retrocesso. Em nível federal, a aprovação da reforma trabalhista e da PEC da Morte, tiraram conquistas históricas dos trabalhadores e congelam o orçamento público. Em nível estadual e municipal, da mesma forma. Diga-se de passagem, temos a impressão de que algumas retiradas de direitos começaram antes aqui, do que no restante do Brasil. Não temos encontrado eco nas negociações com o governo municipal, que faz parte de um projeto maior, um ataque constante e deliberado à classe trabalhadora para atender à interesses

de grupos multinacionais.

Estão vendendo o Brasil: flexibilizando as leis trabalhistas (o acordado vale mais do que o legislado), ambientais, privatizando, terceirizando, reduzindo investimentos em educação, saúde, cultura. Infelizmente, os Poderes Legislativo e Judiciário parecem, muitas vezes, surdos aos anseios da população.

Hoje temos um grande desafio, talvez o maior de toda a nossa existência enquanto Sindicato: retomar nossas conquistas, fazer-nos ouvir, discutir um projeto sério de governo que venha a responder a inquietude, a retomada da esperança de uma sociedade mais justa e, para isso, precisamos de todos os trabalhadores em educação e comunidades.

Precisamos vencer o individualismo, a desesperança, a acomodação e unir nossas forças e garra para avançarmos nas conquistas.

Estamos vendo no Brasil movimentos grevistas como o dos caminhoneiros, que pararam o País, e é le-

gítimo o nosso apoio a esta brava categoria. Temos o dever de lembrar que defendemos uma sociedade democrática, que a discussão passa por projetos políticos que visem o bem-estar social da maioria da população e em defesa da democracia e eleições livres.

Pedir Intervenção Militar não vai tirar o Brasil do rumo que está, a história já nos mostrou isso, a nossa ação deve ser no sentido de fortalecer as instâncias democráticas e apoiar a luta legítima dos trabalhadores, organizados em suas entidades.

Temos que dizer NÃO:

- Aos projetos que desvalorizam e desrespeitam os trabalhadores;

- Às privatizações e terceirizações que acabam com empregos e direitos trabalhistas;

- À toda discriminação e exclusão social.

Direção SPMG/Sindicato

"Tristes Trópicos"

Prof. Nestor Ourique Medeiros

O antropólogo Claude Lévi-Strauss, cunhou esta expressão "tristes trópicos" no título do seu livro publicado em 1955. Eduardo Galeano, na sua famosa obra *As Veias Abertas da América Latina*, explicou que a desgraça da América Latina é a sua imensa riqueza em recursos naturais que estimulou a cobiça europeia e estadunidense. O processo histórico de colonização de exploração moldou uma sociedade escravista, latifundiária e excludente, onde as elites vivem com os pés aqui e a cabeça na Europa e nos Estados Unidos. Uma pergunta surge: Estados Unidos também foi colônia e por que é tão diferente do Brasil? Galeano nos explica que a sorte dos Estados Unidos e Canadá foi o inverso da nossa desgraça, ou seja: não foi encontrado riquezas que atendessem aos interesses dos europeus que, por isto, deixaram aquelas terras como colônias de povoamento, para onde mandaram principalmente judeus e protestantes, perseguidos na Europa. Estes "rejeitados" reconstruíram suas vidas, formando uma sociedade cujo projeto foi definido nos campos de batalha, durante a Guerra de Secessão, onde o Norte industrializado e com trabalho assalariado venceu o Sul agrícola e escravista, formando uma nação cujas elites defendem seus interesses nacionais.

Talvez esta explicação sirva para entender a afirmação do presidente da Petrobrás, quando questionado do por que a empresa cancelou a construção de suas plataformas de petróleo em Rio Grande para transferi-las para a China: "a Petrobrás não é uma empresa de assistência social!" Com esta afirmação podemos enten-

der a filosofia deste governo, resumindo-a na seguinte frase: o Brasil não é para os brasileiros!

Quantos empregos perdidos em Rio Grande? Quantos investimentos em hotéis, restaurantes, lojas e quantas vidas foram destruídas com a decisão da Petrobrás? Calcula-se 23 mil desempregados.

Este fato é emblemático porque acompanha a coerência deste governo que leiloou a exploração do pré-sal, sendo que das doze empresas vencedoras do leilão, dez são estrangeiras. Alguém lembra do projeto de utilizar os lucros do pré-sal na educação? Sem investimentos fortes na educação nenhum país saiu da miséria. Aliás, o Brasil voltou à lista da ONU dos países com extrema pobreza.

Nesta lógica entreguista, o governo pretende leiloar a Eletrobrás que, junto com a Petrobrás, fazia parte do projeto de desenvolvimento nacionalista do governo de Getúlio Vargas, garantindo o controle público de setores estratégicos da economia.

A Lei da Selva

Bem-vindo à amostra do que será o Estado mínimo: a Petrobrás liberou os preços dos combustíveis, o Estado não está mais subsidiando o óleo diesel e nem segurando os preços dos combustíveis. No jogo do livre mercado, quando o preço do barril de petróleo sobe lá fora o nosso combustível sobe aqui e, ao não haver a intervenção do Estado para segurar os preços, somente os fortes sobrevivem, isto é, quem pode pagar tem, quem não pode pagar... (imagine esta mesma lógica para saúde e educação). Esta política econômica aumentará ainda mais a exclusão social.

Os caminhoneiros fizeram greve e alguns defenderam a intervenção militar. Cabe afirmar: quem tem saudades da "mão carinhosa" dos militares não leu o livro **BRASIL NUNCA MAIS!**

Esperança Possível

Ao ler esta análise da conjuntura da realidade brasileira, onde há tanto desemprego, tanta exploração, com as novas leis trabalhistas, e tantos jovens sem perspectivas de futuro diante de nós, nas salas de aula, é difícil manter a esperança. Entretanto, este governo, ao colocar na lata de lixo o projeto nacionalista de Vargas e o projeto de investimentos dos lucros do pré-sal na educação, está colocando em prática o projeto neoliberal, que nada mais é do que o Estado mínimo e a entrega do Brasil aos interesses do capital internacional.

Paradoxalmente, a saída, a meu ver, passa pela discussão de um outro projeto político para a sociedade brasileira. Neste ano de eleição, é fundamental aprendermos com a realidade que estamos vivendo. Percebermos que o Brasil é maior do que tudo isto e que nós merecemos um futuro melhor do que estas nuvens sombrias que o atual governo nos oferece. Temos o dever de fazer esta discussão com nossos alunos e fazer destas eleições um raio de esperança. Afinal, "não tá morto quem peleia". Vamos à luta!

Expediente

O Caleidoscópico é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Gravataí
Avenida José Loureiro da Silva, 1520 - sala 201 - Centro - Gravataí/RS
CEP 94010-001 Fone: (51) 3490.2149 E-mail: spmg@spmg.com.br
Site: www.spmg.com.br Facebook: www.facebook.com/SPMGsindi

Presidente: Vitalina Conceição Marques Gonçalves **1ª Vice-presidente:** Irene Nazaret Kirst **2ª Vice-presidente:** Silvínia Assis Peres da Silva **Secretária Geral:** Marli Aparecida Thomassim Medeiros **1ª Secretária:** Giovanna Lenzi da Silva **Tesoureira Geral:** Luciana Trombini Naressi **1ª Tesoureira:** Mirian Teresinha Ferreira Mõnego **Suplentes Direção Geral:** Silvana Teresinha Silveira, Carla Cristina de Oliveira Valente, Rafael dos Santos, Rossane Aparecida da Rocha Ramos, Adriana Berwig de Azevedo, Simone da Silveira Martins Jerônimo e Lucelaine dos Santos Silva **Conselho Fiscal:** Luciane Pires, Jaqueline Teresinha da Silva, Mara Regina Carvalho de Andrades e Maximiana Berlim Souto **Delegadas na Federação:** Maria Nelci Marques Gonçalves, Cleyda Teresita Hernandez Miranda, Flóri Virgini Souza Mendes e Juliana de Almeida Camargo.
Edição e diagramação: Sílvia Fernandes Mtb-11137
Impressão: Gráfica Data Certa - 1.000 exemplares

A EDUCAÇÃO COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA

“No momento atual de crise que passa o Brasil, com o aprofundamento do golpe deflagrado em 2016, a partir da destituição do governo legitimamente eleito de Dilma Rousseff, a luta pela educação não pode estar desatrelada daquela em defesa da restauração do Estado Democrático de Direito. Os processos de ruptura democrática pelos quais passou o país guardam, em comum, a redução drástica dos direitos sociais, entre os quais a educação — um dos pilares inquestionáveis de qualquer democracia —, alvo de severos ataques políticos, econômicos e pedagógicos que visam desestruturar a possibilidade de formação crítica e cidadã.” (Início da Carta da Conferência Nacional Popular de Educação 2018, realizada em Belo Horizonte, no dia 26 de maio de 2018)

NÃO PODEMOS NOS AMORDAÇAR

Esse é momento em que os trabalhadores em educação precisam usar sua força e sua garra, dentro e fora da sala de aula para dialogar e refletir sobre o golpe político, econômico e social que está em curso no Brasil. Não podemos nos calar e temos o compromisso de denunciar e mobilizar sempre contra os retrocessos: a aprovação da PEC 95, que congelou o orçamento público por 20 anos e que já mostra danos na Educação e outras áreas sociais essenciais para a população brasileira; a aprovação da Reforma Trabalhista, que institui a perversa exploração do trabalho e acaba com a organização sindical; a elite dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) articulada contra o povo para único benefício do mercado financeiro e empresas internacionais; a prisão de Lula,



sem provas, o candidato mais cotado para a eleição presidencial de 2018; a discussão na Câmara dos Deputados, de regras para eleição indireta na vacância da Presidência da República; o uso da violência policial contra os movimentos sindicais e sociais; e ainda o projeto de lei da mordaza na educação. Está em jogo o Estado Democrático e de Direito e é compromisso da Educação fazer a sua defesa, na sala de aula, nas ruas, no apoio e participação nas lutas de toda classe trabalhadora.

GOVERNO NÃO SE COMPROMETE COM O IPAG SAÚDE

Mais uma vez o prefeito Marco Alba coloca sobre o servidor a total responsabilidade pela manutenção do IPAG Saúde. Recentemente, o IPAG licitou uma empresa para avaliação atuarial e análise de solvência do IPAG Saúde, que foi realizada pela empresa Lumens. O estudo verificou a movimentação financeira do benefício nos últimos cinco anos e apontou que o Instituto está operando com despesas maiores do que a receita, gerando a necessidade de revisão no seu custeio. Sem uma alteração, o estudo aponta que haverá com-

pleto esgotamento do benefício já em 2019.

O relatório, apresentado durante a assembleia do dia 28/3, pelo atuário da Lumens, apontou as principais situações que colocam a solvência do IPAG Saúde em risco. Dos 12.134 integrantes do benefício, 57% são mulheres, que utilizam o plano com maior frequência, e, mais da metade, são dependentes (7.051), que contribuem com um percentual menor para o custeio dos serviços. Também foi destacado que a maioria dos integrantes se concentra na faixa etária acima dos

54 anos, que faz maior utilização dos serviços de saúde.

Na assembleia, em conjunto com os servidores do STPMG, foi deliberado que os Sindicatos deveriam pedir um terceiro cenário, com melhores condições para os trabalhadores com menor remuneração e idade mais avançada.

Apresentamos abaixo a resposta enviada pela empresa Lumens, que também reajustou a tabela do Cenário 2, em virtude dos reajustes concedido pelo Instituto aos serviços de saúde.

Cenário 1

Prevê o aumento da alíquota de contribuição do titular para 5,5% e, do dependente, para 2%. A alíquota patronal é mantida em 4,5%.

Neste cenário, a empresa Lumens alerta que o aumento resolve a insolvência a curto prazo, mas o problema reaparecerá em cinco anos, em

CONTRIBUIÇÃO IPAG Saúde

Servidor -----5,5%
Dependente -----2%
Patronal -----4,5%

Cenário 2

Altera a forma de contribuição, passando para um valor fixo, determinado por faixa etária. Neste cenário, o titular contribuirá com 50% do valor da tabela e o dependente com 80% do valor da tabela. A contribuição patronal continuará com a mesma contribuição de 4,5% da folha salarial.

FAIXA ETÁRIA DO USUÁRIO	PRÊMIO COMERCIAL
0 a 18	R\$ 82,30
19 a 23	R\$ 102,88
24 a 28	R\$ 130,03
29 a 33	R\$ 153,90
34 a 38	R\$ 181,06
39 a 43	R\$ 213,97
44 a 48	R\$ 248,53
49 a 53	R\$ 282,28
54 a 58	R\$ 329,20
59 ou +	R\$ 423,02

Os valores desta tabela são diferentes dos apresentados pela Lumens durante a assembleia porque já acrescentaram o aumento dos serviços. A tabela de preços deverá ser reajustada anualmente.

Cenário 3

Mantém os percentuais de contribuição por faixa etária para titular (50%), dependentes (80%) e os 4,5% da folha salarial para a contribuição patronal. A diferença é que estabelece

uma regra de transição. Aos usuários com mais de 54 anos (na data atual) e que tenham remuneração abaixo de R\$ 3.000,00, será concedida uma carência de três anos (até 2021) para aplica-

FAIXA ETÁRIA DO USUÁRIO	PRÊMIO COMERCIAL
54 a 58	R\$ 329,20
59 ou +	R\$ 423,02

bela por faixa etária, ficando a contribuição de 5,5% sobre a remuneração.

ASSEMBLEIA ABRE DATA-BASE DA EDUCAÇÃO

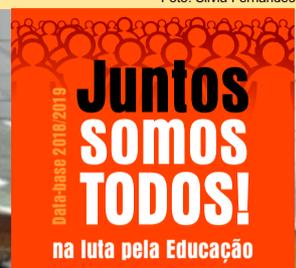
Foto: Sílvia Fernandes

A assembleia geral dos trabalhadores em educação da rede pública municipal de Gravataí, realizada pelo SPMG Sindicato no dia 28/3, instalou o processo de data-base 2018/2019 e discutiu o futuro financeiro da assistência prestada pelo IPAG Saúde. Este último ponto foi discutido e deliberado de forma unificada com a base dos municipais, representada pelo Sindicato dos Trabalhadores Públicos e Servidores Municipais de Gravataí (STPMG).

PAUTA ECONÔMICA

A projeção da inflamação acumulada no período de 2015 a 2018 aponta perdas salariais de 16,6%. Um congelamento que penaliza os servidores e não tem justificativa contábil, de acordo com a direção do SPMG, que acompanha a evolução da Receita Corrente Líquida (RCL) da Prefeitura. O percentual de comprometimento da RCL está em 43,16%. Índice bem inferior ao limite de alerta estipulado na Lei de Responsabilidade Fiscal, apontando a possibilidade de concessão do reajuste.

Outra comparação também demonstra que o congelamento dos salários é uma decisão política do prefeito. A média de crescimento da folha de pagamento dos servidores é de 6% ao ano, enquanto o crescimento da receita é de 8%. "As nossas perdas salariais estão financiando a administração pública", afirmou Irene Kirst. Já a diretora Marli Thomassin, que também colaborou na formulação do estudo econômico, destaca que "os-



Categoria deliberou também o reajuste na contribuição para o IPAG Saúde, em votação unificada com os demais municipais.

número são da inflação oficial, mas os prejuízos nos salários são bem maiores."

DELIBERAÇÕES

- 1) Defender a manutenção do IPAG Saúde, a solvência e a sua capacidade operacional;
- 2) Reivindicar o reajuste imediato dos salários dos Servidores Públicos Municipais, no mínimo, no patamar das perdas inflacionárias do período de 2015 à 2018, gerando aumento de receitas e colaborando com a solvência do IPAG Saúde;
- 3) Considerar, em relação ao cálculo atuarial da Lumens, o cenário 1 como o menos "penoso" para o conjunto dos servidores neste momento;

4) Solicitar à empresa Lumens, a elaboração de um terceiro cenário que considere:

A não sobrecarga, em caso de faixa etária, dos Trabalhadores aposentados;

A manutenção do percentual de 4,5% de contribuição dos titulares e, o estudo de percentuais "distintos" para os dependentes;

A atualização de todos os cenários, ou seja, de todo o cálculo atuarial, em virtude do reajuste deliberado unilateralmente pela Direção do IPAG, para todos os prestadores de serviços do IPAG.

Pauta de reivindicações completa foi formulada e aprovada no Conselho de Representantes e protocolada no Gabinete do Prefeito no dia 16/4. Sem resposta, até o momento, para abertura da mesa de negociação.

SITUAÇÃO FINANCEIRA PERMITE O REAJUSTE

EXERCÍCIO	ORÇAMENTO	RCL % de cresc.	Evolução % da RCL	DESPESAS C/ PESSOAL	
				Cres. Receita R\$	% s/ RCL
2003	107.508.700,85		48.508.772,84		45,12%
2004	132.062.550,12	22,84	61.078.204,58	12.569.431,74	46,25%
2005	148.979.826,86	12,81	75.793.993,31	14.715.788,73	50,88%
2006	185.836.138,10	24,74	92.198.163,66	16.404.170,35	49,61%
2007	209.505.843,98	12,74	104.832.677,14	12.634.513,48	50,04%
2008	273.836.711,69	30,71	119.157.600,29	14.324.923,15	43,51%
2009	274.743.799,54	0,33	137.872.834,22	18.715.233,93	50,18%
2010	329.148.505,91	19,8	157.196.907,66	19.324.073,44	47,76%
2011	364.123.715,17	10,63	175.081.047,49	17.884.139,83	48,08%
2012	405.522.506,50	11,37	194.979.159,94	19.898.112,45	48,08%
2013	440.725.262,59	8,68	202.405.083,06	7.425.923,12	45,93%
2014	472.141.486,07	7,13	230.968.309,64	28.563.226,58	48,92%
2015	483.663.959,98	2,44	236.405.582,17	5.437.272,53	48,88%
2016	562.664.801,25	16,33	247.008.754,36	10.603.172,19	43,90%
2017	600.304.227,03	6,69	266.726.153,80	19.717.399,44	44,43%
2018	Se hoje a Prefeitura repusesse as perdas inflacionárias dos nossos salários: 600.304.227,03		309.509.028,87		51,56%

Sem nenhum incremento de receita, que sempre ocorre, como demonstrado ao lado, repondo os 16,04% de perdas inflacionárias, ainda assim, estaria abaixo do limite da LRF (54%).

Inflação acumulada de maio/2015 a abril/2018, medida pelo INPC: 16,03%

Inflação acumulada		
Período	%	coeficiente
mai/15 a abr/16	9,83	1,0983
mai/16 a abr/17	3,89	1,1410
maio/17 a abr/18	1,69	1,1603

Nos últimos cinco anos:

Crescimento receita: 8,25%

Crescimento das despesas com pessoal: 6,55%